



Esta é a edição da Lei de Licitações e Contratos Administrativos mais prestigiada pelos operadores do Direito, pregoeiros e membros de Comissão de Licitação. Suas 16 edições já alcançaram a expressiva marca de mais de 60.000.00 mil exemplares comercializados.

A razão do sucesso está no permanente interesse do autor em organizar um índice de assuntos inteligente. Os recursos de tecnologia ainda não atendem à necessidade de informar os dispositivos equivalentes em conteúdo. Por exemplo: quem procurar a palavra edital não encontra, simultaneamente, a expressão ato convocatório.

O organizador também se preocupou com a linguagem coloquial, remetendo o leitor à informação que busca, independentemente da palavra utilizada pelo legislador. Por exemplo: indexou cumprimento de obrigação ao dispositivo que trata de adimplemento.

Essa extraordinária capacidade de analisar, estudar e ouvir seus leitores fizeram do organizador o mais prestigiado professor do tema e justifica o sucesso alcançado pelas suas obras, mesmo numa simples edição da Lei.

Esta edição contém as recentes atualizações da Lei no 8.666/1993, da Instrução Normativa MPOG no 02/2008 e da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU no 507/2011.

Luís Cláudio,
Presidente da Editora Fórum

Autor
J. U. Jacoby Fernandes

LICITAÇÕES E CONTRATOS

LEI Nº 8.666/93

E OUTRAS NORMAS PERTINENTES

Área específica
Direito Público.

Público-alvo
Todos da área jurídica.

Formato: 10x13,5 cm
CÓDIGO: 10000777

B823I Brasil. Lei de Licitação (1993)
Lei de Licitações e Contratos Administrativos e outras normas pertinentes. Organização dos textos e índices por J. U. Jacoby Fernandes. 16. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2015.
505 p.; 10 x 13,5 cm.
ISBN 978-85-7700-070-8 (Coleção)
ISBN 978-85-450-0053-2

1. Brasil. [Lei de licitação (1993)]. 2. Contrato Administrativo - legislação – Brasil. I. Brasil. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. II. Fernandes, J. U. Jacoby. III. Fernandes, Jorge Ulisses Jacoby. IV. Jacoby Fernandes, Jorge Ulisses. V. Coleção Jacoby de Direito Público.

CDD: 341.352

CDU: 351.712(094.4)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DE 05 DE OUTUBRO DE 1988 (PARCIAL)	11
LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.	15
Capítulo I - Das Disposições Gerais	15
Seção I - Dos Princípios	15
Seção II - Das Definições	20
Seção III - Das Obras e Serviços	23
Seção IV - Dos Serviços Técnicos Profissionais Especializados	27
Seção V - Das Compras	28
Seção VI - Das Alienações	30
Capítulo II - Da Licitação	34
Seção I - Das Modalidades, Limites e Dispensa	34
Seção II - Da Habilitação	47
Seção III - Dos Registros Cadastrais	54
Seção IV - Do Procedimento e Julgamento	55
Capítulo III - Dos Contratos	69
Seção I - Disposições Preliminares	69
Seção II - Da Formalização dos Contratos	75
Seção III - Da Alteração dos Contratos.....	77
Seção IV - Da Execução dos Contratos	80
Seção V - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos	82
Capítulo IV - Das Sanções Administrativas e da Tutela judicial	86
Seção I - Disposições Gerais	86

Seção II - Das Sanções Administrativas	87
Seção III - Dos Crimes e das Penas	89
Seção IV - Do Processo e do Procedimento Judicial	91

Capítulo V - Dos Recursos Administrativos.....	92
---	-----------

Capítulo VI - Disposições Finais e Transitórias	94
--	-----------

DECRETO Nº 2.271, DE 7 DE JULHO DE 1997 - Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.....	101
DECRETO Nº 3.555, DE 08 DE AGOSTO DE 2000 - Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.	104
LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.	116
DECRETO Nº 5.450, DE 31 DE MAIO DE 2005 - Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.....	123
INSTRUÇÃO NORMATIVA/MPOG Nº 02, DE 30 DE ABRIL DE 2008 - Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não.	139
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.....	193
INSTRUÇÃO NORMATIVA/SLTI Nº 04 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2010 - Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) do Poder Executivo Federal.	199
PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 507, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011 ...	219
DECRETO Nº 7.892, DE 23 DE JANEIRO DE 2013 - Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666/1993.	291
DECRETO Nº 7.983, DE 8 DE ABRIL DE 2013 - Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União.	306
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 27 DE JUNHO DE 2014 - Dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.	315
SÚMULAS DO TCU	317
ORIENTAÇÕES NORMATIVAS DA AGU	326
INSTRUÇÕES NORMATIVAS	337
RELAÇÃO DAS NORMAS QUE REGULAMENTAM A MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE BENS EM LICITAÇÕES	340
ÍNDICE DE ASSUNTOS	341